

**Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS**

**Banco Cooperativo Sicredi S.A. e
Empresas Controladas**

31 de dezembro de 2016 e 2015
Com Relatório do Auditor Independente



**Building a better
working world**

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais consolidados	5
Demonstrações consolidadas do resultado.....	6
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas	10



Building a better
working world

Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 32045500
Fax: +55 51 32045699
www.ey.com

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo Sicredi S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente,



sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, datado de 15 de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de maio de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Balanços patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.079.230	10.466.097
Valores a receber de instituições financeiras	8	3.919.678	1.636.127
Ativos financeiros para negociação	9	5.555.364	1.567.817
Derivativos	10	648	6.115
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	17.011.165	15.228.380
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	1.776.058	2.346.222
Ativos financeiros mantidos até vencimento		753.815	98.413
Ativos intangíveis	13	269	601
Imobilizado	14	59.603	58.293
Propriedade de investimento	15	3.641	3.725
Crédito tributário diferido	21	22.529	15.701
Outros ativos	16	74.225	109.964
Total de ativos		40.256.225	31.537.455

	Nota	2016	2015
Passivos			
Depósitos de instituições financeiras	17	12.872.928	12.021.360
Depósitos de clientes	18	6.956.296	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	17.643.507	11.840.490
Derivativos	10	-	436
Provisões	20	20.494	13.608
Passivo tributário - corrente		26.490	31.691
Dívida subordinada		109.598	109.762
Outros passivos	22	1.222.594	918.535
Total de passivos		38.851.907	30.189.841
Patrimônio Líquido			
Capital social	23	1.168.974	1.057.999
Instrumento híbrido de capital e dívida		192.323	168.675
Reservas		44.078	121.566
Ajuste de valor patrimonial		(1.119)	(675)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.404.256	1.347.565
Participação dos acionistas não controladores		62	49
Total do patrimônio líquido		1.404.318	1.347.614
Total de passivos e patrimônio líquido		40.256.225	31.537.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de juros	24	3.894.273	3.159.628
Despesa de juros	24	(3.368.332)	(2.716.098)
Receita líquida com juros		525.941	443.530
Receita de tarifas, taxas e comissões	25	551.133	505.255
Despesa de tarifas, taxas e comissões	25	(206.285)	(225.595)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		344.848	279.660
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	26	8.738	15.503
Outras receitas operacionais	27	291.823	197.673
Despesas de pessoal	28	(143.698)	(132.038)
Outras despesas administrativas	29	(665.923)	(515.017)
Depreciação e amortização	13,14 e 15	(3.004)	(2.692)
Outras despesas operacionais	30	(162.851)	(109.171)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(5.352)	(1.758)
Lucro operacional antes da tributação		190.522	175.690
Tributos sobre o lucro	31	(83.772)	(69.472)
Lucro líquido do exercício		106.750	106.218
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		106.737	106.208
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		13	10
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,23	0,23
Ações preferenciais classe B		0,12	0,11
Ações ordinárias		0,06	0,08
Quantidade			
Ações preferenciais classe A		249.694.156	211.302.178
Ações preferenciais classe B		32.792.885	30.085.313
Ações ordinárias		758.617.793	711.617.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	106.750	106.218
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Movimento líquido no valor justo	(808)	580
Efeito de imposto de renda	364	(171)
Total do resultado abrangente	<u>106.306</u>	<u>106.627</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Lucros acumulados	Reservas	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Dívida Subordinada			Ajuste Marcação a Mercado TVM			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	973.593	148.967	-	106.405	(1.084)	1.227.881	39	1.227.920
Lucro líquido do exercício	-	-	106.208	-	-	106.208	10	106.218
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	409	409	-	409
Reserva Legal	-	-	(5.841)	5.841	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(72.623)	72.623	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(27.744)	-	-	(27.744)	-	(27.744)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	19.708	-	-	-	19.708	-	19.708
Aumento de capital	84.406	-	-	(63.303)	-	21.103	-	21.103
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.057.999	168.675	-	121.566	(675)	1.347.565	49	1.347.614
Lucro líquido do exercício	-	-	106.737	-	-	106.737	13	106.750
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(444)	(444)	-	(444)
Reserva Legal	-	-	(5.315)	5.315	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(433)	433	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(100.989)	-	-	(100.989)	-	(100.989)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	23.648	-	-	-	23.648	-	23.648
Aumento de capital	110.975	-	-	(83.236)	-	27.739	-	27.739
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.168.974	192.323	-	44.078	(1.119)	1.404.256	62	1.404.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido consolidado antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	190.522	175.690
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	3.004	2.692
Provisões para perdas de crédito	5.352	1.758
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	23.648	19.708
Juros Dívida subordinada	-	1
Provisão para passivos em litígios	7.173	4.559
Custo da alienação de imobilizado	546	1.008
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	1.462	38
	41.185	29.764
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		
Valores a receber de instituições financeiras	(2.283.551)	1.010.941
Ativos financeiros disponíveis para venda	569.720	192.224
Ativos financeiros para negociação	(3.989.009)	(1.143.638)
Derivativos	5.467	(5.819)
Empréstimos e recebíveis a clientes	(1.788.285)	(1.337.001)
Outros ativos	35.737	(8.622)
	(7.449.921)	(1.291.915)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		
Derivativos	(436)	73
Depósitos clientes	1.702.337	656.692
Depósitos de instituições financeiras	851.568	(778.006)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.803.017	2.321.919
Outros passivos	224.288	226.282
Impostos sobre lucros pagos	(89.565)	(71.342)
	8.491.209	2.355.618
Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	1.272.995	1.269.157
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros mantidos até vencimento	(655.402)	249.617
Títulos e créditos a Receber	2.1892	18.547
Aquisição de imobilizado	(4.444)	(6.505)
Aquisição de intangível	-	(24)
Total de fluxo de caixa das atividades de investimento	(637.954)	261.635
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada	(2.1908)	(18.531)
Aumento de capital	-	-
Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento	(2.1908)	(18.531)
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa	613.133	1.512.261
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.466.097	8.953.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.079.230	10.466.097
Transações não monetárias	100.989	27.744
Dividendos	100.989	27.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2016, o Sistema está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Development B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016, o Rabo Development B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 23,98% e 3,15% das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e Empresas Controladas em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 24 de abril de 2017.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2016. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	Administradora de Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Geral

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como “*day-one profit/loss*”) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

3.2.2 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos *traders*, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados.

Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na rubrica 'Ganho/(perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros classificados como "disponíveis para venda" são inicialmente reconhecidos pelo custo da transação e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços de mercado ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de títulos patrimoniais não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados.

Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), ou seja, o valor justo for por tempo prolongado ou significativamente menor do que seu custo, os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

O valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo.

Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção e capacidade financeira de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. Os ativos financeiros classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros.

3.2.5 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, *swaps* monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em “Receita de juros”.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.2.6 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

3.2.7 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos. Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para créditos de liquidação duvidosa” na conta de resultado.

3.2.8 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Moedas estrangeiras

3.4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

3.4.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais. Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

3.5 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

3.6 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.7 Ativo intangível

3.7.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.8 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subseqüentemente.

3.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuírem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

3.11 Benefícios a pessoal

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

3.12 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.13 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subseqüentemente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

3.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco.

Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.16 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor.

Até 31 de dezembro de 2016, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2016.

Aquelas que estão em análise e poderão ter efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são discutidas abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge* para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*): As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28, ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Alteração à IAS 12 – Impostos sobre a Renda: A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP

4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação “PTAX800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

4.1.2 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

4.1.3 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas.

O Banco e controladas não dá tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como Propriedade para investimento.

4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

O Banco avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como Patrimônio Líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas junto às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento entendendo que o mesmo tem característica de capital.

5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	1.354.341	1.309.021
Capital Principal - CP	1.205.261	1.172.645
Capital Social	1.168.976	1.058.000
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	37.469	115.384
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(1.119)	(675)
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis a partir de outubro 2013	(65)	(64)
Capital Complementar - CC	149.080	136.376
Instrumentos híbridos de capital e dívida	192.323	168.675
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no nível II	(43.243)	(32.299)
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	-	-
Ativo classificado como Dívida Subordinada	65.759	76.833
Dívida Subordinada	(65.759)	(76.833)
Total do capital qualificado	1.354.341	1.309.021
Ativos ponderados pelo Risco	876.201	794.862
Índices	16,23%	18,12%

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos

6.1 Risco de crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de crédito pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatórios \ Gestão de Riscos".

6.2 Risco de liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.3 Risco de mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatórios \ Gestão de Riscos”.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6.5 Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente; Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;

Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6.6 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Nota	2016	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		11.079.230	11.122.058
Valores a receber de instituições financeiras	6.6.1	3.919.678	3.919.678
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.6.2	17.011.165	17.011.165
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.6.2	754.471	753.081
Total do ativo		32.764.544	32.805.982
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	6.6.4	12.872.928	12.872.928
Depósitos de clientes	6.6.4	6.956.296	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.6.3	17.643.507	17.705.386
Total do passivo (instrumentos financeiros)		37.472.731	37.534.610

	Nota	2015	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		10.466.097	10.558.740
Valores a receber de instituições financeiras	6.6.1	1.636.127	1.636.127
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.6.2	15.228.380	15.228.380
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.6.2	98.413	98.275
Total do ativo		27.429.017	27.521.522
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	6.6.4	12.021.360	12.021.360
Depósitos de clientes	6.6.4	5.253.959	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.6.3	11.840.490	12.023.472
Total do passivo (instrumentos financeiros)		29.115.809	29.298.791

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses.

- 6.6.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.
- 6.6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.
- 6.6.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.
- 6.6.4 Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pré	14.039.148	10.741.589	1,83%	1,99%	3,79%	4,08%	8,12%	8,62%
TR	3.804.027	4.836.739	-0,68%	-1,54%	-1,32%	-2,98%	-2,53%	-5,66%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Em função do prazo relativamente curto entre seu reconhecimento inicial e realização esperada, os valores contábeis desses itens são uma boa aproximação dos seus valores justos.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.

	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	11.079.230	-	11.079.230
Ativos financeiros para negociação	5.299.668	255.696	5.555.364
Derivativos	-	648	648
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.776.058	1.776.058
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	12.872.928	-	12.872.928
Depósitos de clientes	6.956.296	-	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	17.643.507	17.643.507
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	10.466.097	-	10.466.097
Ativos financeiros para negociação	1.305.581	262.236	1.567.817
Derivativos	-	6.115	6.115
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.346.222	2.346.222
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	12.021.360	-	12.021.360
Depósitos de clientes	5.253.959	-	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	11.840.490	11.840.490
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	436	436

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Banco:

	2016			Total
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	
Em 31 de dezembro de 2016				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.079.230	-	-	11.079.230
Valores a receber de instituições financeiras	1.009.521	1.647.555	1.262.602	3.919.678
Ativos financeiros para negociação	75.213	4.769.323	710.828	5.555.364
Derivativos	106	542	-	648
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.791.868	9.053.319	6.165.978	17.011.165
Ativos financeiros disponíveis para venda	88.994	-	1.687.064	1.776.058
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	340.050	413.765	753.815
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	747.453	4.332.983	7.792.492	12.872.928
Depósitos de clientes	6.929.066	23.459	3.771	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16.390.385	478.332	774.790	17.643.507
2015				
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.466.097	-	-	10.466.097
Valores a receber de instituições financeiras	653.607	593.012	389.508	1.636.127
Derivativos	61.562	249.012	1.257.243	1.567.817
Ativos financeiros para negociação	3.529	2.586	-	6.115
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.627.430	7.913.199	5.687.751	15.228.380
Ativos financeiros disponíveis para venda	109	-	2.346.113	2.346.222
	-	98.413	-	98.413
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	963.482	4.596.695	6.461.183	12.021.360
Depósitos de clientes	5.241.735	6.906	5.318	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	10.892.286	113.944	834.260	11.840.490
Derivativos	4	432	-	436

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidade	121.599	57.092
Operações compromissadas	10.950.812	10.401.028
Depósitos em banco central com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	6.819	7.977
Total	11.079.230	10.466.097

Os depósitos de reserva compulsórios são depósitos junto ao BACEN exigidos com base na sua política de reserva mínima.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Valores a receber de instituições financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos junto a instituições financeiras	827.337	587.366
Operações compromissadas - aplicações	3.092.341	1.048.761
Total	<u>3.919.678</u>	<u>1.636.127</u>

9. Ativos financeiros para negociação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos públicos - LFT	710.828	1.257.242
Títulos públicos - LTN	3.505.219	48.339
Outros títulos de dívida - CPR	180.155	200.674
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.083.949	-
Quotas de fundos de investimentos	75.213	61.562
Total	<u>5.555.364</u>	<u>1.567.817</u>

10. Instrumentos financeiros derivativos e outros passivos relacionados a negociações

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

<i>Em 31 de dezembro de 2016</i>	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valor justo</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>8.845.962</u>	<u>648</u>	<u>-</u>
Total	<u>8.845.962</u>	<u>648</u>	<u>-</u>

<i>Em 31 de dezembro de 2016</i>	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valor justo</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
- Derivativos de moedas	<u>8.845.962</u>	<u>648</u>	<u>-</u>
- Não cotados	<u>10.267</u>	<u>648</u>	<u>-</u>
- Swaps	<u>10.267</u>	<u>648</u>	<u>-</u>
- Cotados	<u>8.835.695</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- Futuros	<u>8.834.095</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- Opção	<u>1.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- Derivativos de taxas de juros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- Não cotados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- Swaps	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>8.845.962</u>	<u>648</u>	<u>-</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

<i>Em 31 de dezembro de 2015</i>	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
		Instrumentos financeiros derivativos	636.083
Total	636.083	6.115	436

<i>Em 31 de dezembro de 2015</i>	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
		- Derivativos de moedas	508.151
- Não cotados	22.312	2.625	311
- Swaps	22.312	2.625	311
- Cotados	485.839	-	-
- Futuros	485.839	-	-
- Opção	-	-	-
- Derivativos de taxas de juros	127.932	3.490	125
- Não cotados	127.932	3.490	125
- Swaps	127.932	3.490	125
Total	636.083	6.115	436

11. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2016	2015
Empréstimos para clientes privados		
Clientes carteira comercial	1.223.168	1.603.018
Clientes carteira rural	14.698.094	12.771.982
Clientes carteira cambio	79.391	90.393
Clientes cartões	829.536	611.896
Demais clientes	185.194	154.675
Menos: Provisões de crédito	(4.218)	(3.584)
Total	17.011.165	15.228.380

	2016	2015
Detalhamento das provisões de crédito:		
<i>Em 1º janeiro</i>	3.584	1.750
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	5.352	1.953
- Outros	(4.718)	(119)
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	4.218	3.584
Provisão coletiva	2.363	2.769
Provisão geral (IBNR)	1.855	815
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	4.218	3.584

A tabela a seguir demonstra a concentração das operações de crédito.

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	3.227.740	19,99	3.147.020	21,59
50 devedores seguintes	5.761.154	35,69	5.013.305	34,40
100 devedores seguintes	638.945	3,96	473.083	3,25
Demais	6.515.001	40,36	5.939.925	40,76
Total	16.142.840	100,00	14.573.333	100,00

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.724 (2015 – R\$ 2.065).

Não houve renegociações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O Banco possui sistema interno de rating de crédito que está de acordo com os requerimentos do BACEN. Suas operações estão substancialmente concentradas junto às Cooperativas de Crédito do sistema Sicredi através de operações diretas aos seus associados cooperados, avaliados como de risco baixo. O risco baixo inclui operações classificadas com ratings AA e A.

12. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2016	2015
Títulos públicos	1.776.058	2.346.113
Instrumentos de ações de capital	-	109
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>1.776.058</u>	<u>2.346.222</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 2.034 (2015 – R\$ 1.226), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 1.119 (2015 – R\$ 675).

13. Ativos intangíveis

	Outros ativos intangíveis
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</i>	
Valor contábil líquido inicial	<u>601</u>
- Adições	-
- Baixas	(112)
- Amortização	(220)
Valor contábil líquido final	<u>269</u>
Custo	2.371
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(2.102)
Valor contábil líquido	<u>269</u>
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</i>	
Valor contábil líquido inicial	<u>1.072</u>
- Adições	24
- Amortização	(238)
- Transferências	(257)
Valor contábil líquido final	<u>601</u>
Custo	2.711
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(2.110)
Valor contábil líquido	<u>601</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</i>			
Valor contábil líquido inicial	44.950	13.343	58.293
- Adições	437	4.007	4.444
- Alienações	-	(434)	(434)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(752)	(1.948)	(2.700)
- Transferência	(4.427)	4.427	-
Valor contábil líquido final	40.208	19.395	59.603
Custo	47.347	34.307	81.654
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(7.139)	(14.912)	(22.051)
Variação do valor contábil líquido	40.208	19.395	59.603
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</i>			
Valor contábil líquido inicial	42.647	12.262	54.909
- Adições	3.031	3.474	6.505
- Alienações	-	(770)	(770)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(728)	(1.623)	(2.351)
Valor contábil líquido final	44.950	13.343	58.293
Custo	51.360	27.678	79.038
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(6.410)	(14.335)	(20.745)
Variação do valor contábil líquido	44.950	13.343	58.293

15. Propriedades para investimento

	2016	2015
Valor contábil líquido inicial	3.725	3.810
- Depreciação	(84)	(85)
Valor contábil líquido final	3.641	3.725
- Custo	4.458	4.458
- Depreciação	(817)	(733)
Variação do valor contábil líquido	3.641	3.725

Detalhamento da receita de locação de propriedades para investimento:

Receita de locação líquida de propriedades para investimento	542	462
--	-----	-----

O valor justo e o valor contábil são praticamente iguais. O vencimento máximo remanescente de propriedades para investimento é de 15 anos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Outros ativos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recebíveis e pagamentos antecipados	38.382	85.342
Outros ativos	35.843	24.622
Total de outros ativos	<u>74.225</u>	<u>109.964</u>

17. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros empréstimos	6.959.801	6.601.995
Outros depósitos	5.913.127	5.419.365
Total de depósitos de instituições financeiras	<u>12.872.928</u>	<u>12.021.360</u>

18. Depósitos de clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à vista	36.154	48.198
Depósitos a prazo	6.883.004	5.181.378
Outros devido a clientes	37.138	24.383
Total de depósitos de clientes	<u>6.956.296</u>	<u>5.253.959</u>

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros títulos de dívida	17.643.507	11.840.490
Total de obrigações de títulos e valores mobiliários	<u>17.643.507</u>	<u>11.840.490</u>

20. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	19.649	12.879
Cível	Provável	845	729
Total		<u>20.494</u>	<u>13.608</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 31.134 (2015 – R\$ 19.722) e no Consolidado no montante de R\$ 32.065 (2015 – R\$ 20.220).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2016	2015
<i>Outras provisões:</i>		
Saldo inicial	13.608	9.053
- Adições	7.173	4.559
- Saques	(287)	(4)
Saldo Final	<u>20.494</u>	<u>13.608</u>

Vencimento estimado das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	Menos de		
	1 ano	1-5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016	14.889	5.605	20.494
Em 31 de dezembro de 2015	12.670	938	13.608

21. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 45% (2015: 45%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	19.383	15.045
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	5.809	4.195
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	6	143
Saldo Final	25.198	19.383
Passivo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	3.682	4.689
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	103	154
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	(290)	281
- Diferenças cambiais	(826)	(1.442)
Saldo Final	2.669	3.682
Ativo fiscal diferido - por tipo		
Reduções ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	4.918	3.100
Outras provisões	9.048	6.105
Provisão para PPR e Bônus	9.748	8.700
Marcação a Mercado TVM	1.484	1.478
Total do ativo fiscal diferido	25.198	19.383
Passivo fiscal diferido - por tipo		
Imobilizado	2.113	2.009
Diferenças Cambiais	528	1.355
Marcação a Mercado TVM	28	318
Total do passivo fiscal diferido	2.669	3.682

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Ano	Valor dos créditos	
	2016	2015
2015	-	(2.552)
2016	(3.725)	16.848
2017	20.901	3.145
2018	6.629	1.796
2019	807	38
2020	465	163
2021	4	(55)
2022	117	-
Total	25.198	19.383

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22. Outros passivos

	2016	2015
Operações com cartões de crédito (i)	235.075	641.049
Valores a pagar	856.651	213.867
Dividendos a pagar	100.989	27.744
Outros	29.879	35.875
Total de outros passivos	<u>1.222.594</u>	<u>918.535</u>

(i) Valores a pagar de transações de cartões de crédito.

23. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$ 1.168.974 (2015 – R\$ 1.057.999), representado por 758.617.793 ações ordinárias (2015 – 711.617.053), 249.694.156 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (2015 – 211.302.178) e 32.792.885 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (2015 – 30.085.313).

Em 19 de fevereiro de 2016, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 110.975, representado por 47.000.740 ações ordinárias, 38.391.978 ações preferenciais Classe A e 2.707.572 ações preferenciais Classe B, ao valor unitário de R\$ 1,259647305, aprovado pelo BACEN em 13 de abril de 2016, via integralização de dividendos.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão pari passu com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, pari passu com as ações preferenciais Classe A.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Instrumentos híbridos de capital e dívida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	<u>134.539</u>	134.539
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	<u>57.784</u>	34.136
Total	<u><u>192.323</u></u>	<u><u>168.675</u></u>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para capital social diante da característica dos instrumentos. (vide nota 4.1.7).

b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 5.315 em 31 de dezembro de 2016.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 21 de dezembro de 2016, foi aprovada a destinação do lucro líquido no valor de R\$ 100.989, sendo R\$ 25.247 via dividendos mínimos relativos ao exercício de 2016, restando R\$ 75.742 distribuídos via dividendo adicional.

As ações preferenciais Classe A e Classe B terão respectivamente direito a R\$ 58.864 e R\$ 4.186, calculados com base no resultado consolidado do Sistema Sicredi. Este montante está registrado no passivo em "Sociais e estatutárias", cuja destinação foi formalizada em assembleia ocorrida no dia 27 de março de 2017.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quantidade		
Ações preferenciais classe A	249.694.156	211.302.178
Ações preferenciais classe B	32.792.885	30.085.313
Ações ordinárias	758.617.793	711.617.053
Lucro por ação		
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)		
Ações preferenciais classe A	0,23	0,23
Ações preferenciais classe B	0,12	0,11
Ações ordinárias	0,06	0,08

24. Receitas e despesas de juros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de juros		
Valores a receber de instituições financeiras	2.349.980	1.580.267
Ativos financeiros para negociação	2.072	(554)
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.000.698	1.086.166
Ativos financeiros disponíveis para venda	541.523	493.749
Total da receita de juros	3.894.273	3.159.628
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de juros		
Depósitos de instituições financeiras	(618.802)	(916.630)
Depósitos de clientes	(446.089)	(352.421)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(2.303.441)	(1.447.047)
Total da despesa de juros	(3.368.332)	(2.716.098)
Receita líquida com juros	525.941	443.530

25. Tarifas, taxas e comissões

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de tarifas, taxas e comissões		
Administração de ativos	19.335	16.515
Taxa de administração de cartões	57.887	62.213
Taxa de administração de operações de consórcio	156.391	127.394
Comissão de seguro	269.578	258.508
Taxas de custódia e serviços de títulos	4.589	3.445
Taxas de administração	43.353	37.180
Total da receita de tarifas, taxas e comissões	551.133	505.255
Despesa de tarifas, taxas e comissões		
Comissão de seguro	(206.285)	(225.595)
Total da despesa de tarifas, taxas e comissões	(206.285)	(225.595)
Tarifas, taxas e comissões líquidas	344.848	279.660

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

26. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	(2.267)	6.666
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	11.005	8.837
Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	<u>8.738</u>	<u>15.503</u>

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

27. Outras receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas com carteira de câmbio	6.220	8.158
Convênio INSS	2.251	3.001
Reversão provisão operacionais	2.885	1.327
Recuperação de encargos e despesas	150.062	91.695
Receita variação monetária	67.791	47.463
Outras receitas operacionais	62.614	46.029
Total de outras receitas operacionais	<u>291.823</u>	<u>197.673</u>

28. Despesas de pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ordenados e salários	(102.703)	(94.156)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(21.571)	(19.810)
Outros despesas de pessoal	(19.424)	(18.072)
Total de despesas de pessoal	<u>(143.698)</u>	<u>(132.038)</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

29. Outras despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de viagem	(4.751)	(3.880)
Materiais de escritório	(223)	(229)
Despesas de TI	(7.178)	(7.545)
Despesas de publicidade	(3.648)	(4.187)
Manutenção de edifícios	(47)	(124)
Honorários profissionais	(5.832)	(6.803)
Despesas tributárias	(80.718)	(65.300)
Despesas prestação de serviços cooperativas	-	(104.939)
Despesas serviços prestados SFN	(422.508)	(229.309)
Despesas serviços técnicos especializados	(124.047)	(77.124)
Outras despesas	(16.971)	(15.577)
Total de outras despesas administrativas	<u>(665.923)</u>	<u>(515.017)</u>

30. Outras despesas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa com carteira de câmbio	(59.421)	(24.383)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(3.988)	(3.012)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(3.784)	(2.640)
Despesa variação monetária	(1.146)	(583)
Ressarcimento RCO	(58.307)	(46.060)
Provisão para passivos contingentes	(4.908)	(4.559)
Repasse rede	(6.032)	(5.031)
Cartão de crédito internacional	(6.701)	(4.370)
Repasse de incentivos - Mastercard e Visa	-	(3.814)
Outras despesas operacionais	(18.564)	(14.719)
Total de outras despesas operacionais	<u>(162.851)</u>	<u>(109.171)</u>

31. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro operacional antes da tributação e antes da participação dos acionistas minoritários	190.522	175.690
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(85.735)	(79.061)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	2.687	2.526
Constituição PPR pessoal	(1.545)	(1.743)
Reversão IR e CSLL exercício anterior	(10)	(1)
Brindes, doações e patrocínios	(1.179)	(1.096)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (*)	-	9.019
Efeito da majoração de alíquota de CSLL (**)	2.350	2.212
Outros, líquidos	(340)	25
Subtotal	<u>1.963</u>	<u>10.942</u>
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	(1.216)	(340)
Provisão/Reversão para operações de crédito	(1.818)	240
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(2.946)	(1.873)
Ajuste de títulos marcados a mercado	68	50
Depreciação	98	72
Diferenças cambiais	(939)	(1.580)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (***)	145	(3.575)
Outros, líquidos	145	138
Subtotal	<u>(6.463)</u>	<u>(6.868)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(90.235)	(74.987)
Constituição de créditos tributários	6.463	5.515
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(83.772)</u>	<u>(69.472)</u>
Aliquota efetiva	<u>-44%</u>	<u>-40%</u>

(*) Majoração Provisória de Alíquota de CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

(**) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas financeiras, as quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

(***) Efeito do diferencial de alíquota para a empresa Administradora de Cartões, no qual a alíquota de Contribuição Social passará de 20% para 9% a partir de janeiro de 2017. O efeito do diferencial é aplicado nos anos de 2016 e 2015 sobre o saldo do ativo e passivo diferido.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco e empresas Controladas realizam uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas.

32.1 Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sicredi:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Ativo	10.140.959	9.035.336
Aplicações em depósitos interfinanceiros	21.205	14.805
Operações de crédito	9.217.330	8.328.043
Rendas a receber	6.499	2.251
Títulos e créditos a receber	109.002	109.132
Outros créditos - diversos	786.923	581.105
Passivo	18.892.110	13.688.809
Depósitos à vista	11.928	17.983
Depósitos interfinanceiros	2.222.770	2.589.987
Captações no mercado aberto - carteira própria	3.657.969	720.465
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	12.715.979	10.102.743
Sociais e estatutárias	59.871	25.866
Outras obrigações - diversas	31.270	63.090
Instrumentos híbridos de capital e dívida	192.323	168.675
Receitas	628.424	706.875
Operações de crédito	570.427	667.441
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.636	716
Receitas de prestação de serviços	24.677	20.199
Outras receitas operacionais	30.321	18.519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.363	-
Despesas	3.816.619	1.699.064
Operações de captação no mercado	3.427.183	1.460.692
Resultado de operações de câmbio	-	2.550
Outras despesas administrativas	308.862	229.934
Outras despesas operacionais	80.574	5.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	458

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32.2 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes		
Pendentes no início do exercício	8.650	10.799
- Recebidos durante o exercício	343	(1.935)
- Liquidada durante o exercício	4.341	(214)
Total no encerramento do exercício	<u><u>13.334</u></u>	<u><u>8.650</u></u>
Despesas		
Despesas de juros	972	958
Total das despesas de transações com partes relacionadas	<u><u>972</u></u>	<u><u>958</u></u>

32.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	5.163	5.466
Encargos previdenciários	6.363	4.853
Bônus relacionado ao desempenho	2.990	2.384
Total	<u><u>14.516</u></u>	<u><u>12.703</u></u>

32.4 Benefícios pós-emprego

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	252	184
Total	<u><u>252</u></u>	<u><u>184</u></u>

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33 Outras Informações

33.1 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

33.2 Coobrigações prestadas

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas (i)	40.726	30.483
Depositários de Valores em Custódia/Garantia (ii)	6.194.754	5.893.526
Títulos em Cobrança (iii)	10.262.604	5.896.088

(i) Corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

(ii) Refere-se ao valor de títulos próprios e de terceiros custodiados na CETIP e no SELIC.

(iii) Representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

b) Outras garantias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Margem Garantia BM&F Bovespa	24.720	17.593
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.224	1.074

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33.3 Fundos de Investimento

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2016 atingiram R\$ 28.374.705 (2015 - R\$ 20.978.980).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 16.936 (2015 – R\$ 14.586) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

33.4 Cobertura de Seguros

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros.